



A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS E A HISTÓRIA DO GINÁSIO BRIGADEIRO NEWTON BRAGA

Jussara Cassiano Nascimento¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Colégio Brigadeiro Newton Braga - CBNB

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar discussões sobre a história da fundação de uma instituição escolar de cunho militar: o Ginásio Brigadeiro Newton Braga, fundado em 1960, na Cidade do Rio de Janeiro. Essa investigação pertence à pesquisa de Doutorado, na Universidade Católica de Petrópolis. A fundamentação teórica e metodológica se espelha nos trabalhos sobre a história das instituições escolares de Nosella e Buffa (2005), Silva (1969) e Nunes (1985) e no paradigma indiciário de Ginzburg (1989). Os dados foram coletados nos arquivos do Colégio, do III COMAR e através de entrevistas. Envidamos esforços para buscar uma história tecelã recomponha a história de movimentos sociais do período de lutas pela expansão do ensino secundário, destacando o papel da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, contexto histórico em que se circunscreve a fundação do ginásio. Estabelecemos ênfase na relação entre os movimentos nacionais e locais de luta pela expansão da oferta do ensino secundário público e gratuito. É nesse contexto de conflitos e disputas sociais que se configuram ações de grupos como a CNEG, movimento que se caracterizava pela atividade do voluntariado, com objetivo de ampliar a oferta do ensino secundário para atender a população carente nas diferentes localidades brasileiras. Consideramos importante o resgate de movimentos sociais na luta pela expansão do ensino secundário e sua vinculação com a história de uma instituição escolar.

Palavras-chave: História das instituições escolares – História da Educação – Escolas militares.

INTRODUÇÃO

Quando realizamos uma pesquisa em uma instituição escolar, deparamo-nos com um enorme quebra cabeças a ser desvendado, pois devem ser encontradas algumas pistas que são indispensáveis para que se possa recompor esse jogo e sendo assim, documentos, legislação, utensílios escolares, projetos, alunos, famílias, professores, fotografias, ex-alunos, dentre

outras coisas que ali se encontram são fundamentais para nos fornecer um ponto de partida para realização da pesquisa. Para Sanfelice,

[...] uma Instituição Escolar ou educativa é a junção ou síntese de múltiplas determinações, de várias instâncias como a política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica, que agem e interagem entre si,

¹ Doutora em Educação pela UCP. Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais no Colégio Brigadeiro Newton Braga. professorajussara@yahoo.com.br



formando dessa maneira a cultura e a identidade daquela instituição (SANFELICE, 2007, p.75).

Por mais que essa instituição adquira uma identidade própria, ela também é fruto de fatores externos que são acomodados de acordo com o que está acontecendo na sociedade, por isso ao realizar estudos sobre instituições escolares, não podemos dar explicações de forma direta e imediata a partir do que percebemos no seu interior, é preciso contextualizar o momento social, histórico e político no momento inicial e posterior à sua fundação. É essa tentativa que apresentamos nos limites do possível neste início de trabalho.

Metodologia, Resultados e Discussões

O período em que ocorreu a fundação do Ginásio Brigadeiro Newton Braga foi marcado por diversas reformas que estavam acontecendo na área educacional, ligadas ao ensino secundário. Clarice Nunes (2000) nos informa que

o que denominamos de ensino secundário corresponde atualmente ao segundo segmento do ensino fundamental. No entanto, questões a ele referidas nesse passado, não tão distante, reaparecem com força, projetadas no atual nível do ensino médio (NUNES, 2000, p. 36).

O ensino secundário foi introduzido pelos jesuítas na sociedade colonial brasileira há cerca de 500 anos e é neste contexto que surgem os primeiros colégios de ensino secundário, como sendo produto da missão da companhia de Jesus no Brasil.

Os colégios de ensino secundário no Brasil trouxeram como marca a perspectiva de acesso à universidade, algo que durante anos somente se fazia viável aos filhos da elite. No âmbito da história geral da educação, a origem dessas escolas se encontra nos pensionatos para bolsistas universitários. Esses pensionatos tinham como função introduzir ordem e disciplina entre os discentes. Os primeiros colégios datam do século XIII, sendo que alguns deles receberam pensionistas pagantes entre esses bolsistas.

André Petitat (1992) analisa esses colégios em quatro dimensões: (1) o espaço, (2) o tempo, (3) a seleção de aspectos sócio-culturais e (4) a estrutura de poder. Quanto ao espaço,



os locais diversos escolhidos por professores independentes são trocados por prédios únicos com várias salas de aula e como decorrência vieram o controle, a planificação do estudo, a gestão centralizada e a vigilância. Esse ambiente favoreceu uma gradação sistemática e a divisão das matérias.

Em meados do século XX, as lutas pelo humanismo na educação brasileira se expressavam por meio de diferentes representações sociais com diversos projetos para a educação secundária. Estava em evidência a manutenção dos estudos clássicos e a proeminência da cultura científica, sobretudo, no que se referia à formação voltada para a cultura geral.

Nesse contexto histórico e social, a passagem de um programa centrado na lógica e na dialética para um programa que buscasse dar conta do estudo das belas letras, segundo Petitat (1992) significava uma pedagogia fundada na escrita, onde esse micromundo dos colégios exercitava o poder moderno mediante uma organização burocrática, que vai se constituindo no século XVI, no qual o estado em ascensão retira a autonomia das cidades e dos senhores.

Pela ação dos Jesuítas esses colégios se multiplicaram com êxito e seu sucesso deve-se a serem instituições organizadas e regulamentadas com um método considerado moderno de ensino, sendo eficazes para a transmissão dos conhecimentos.

O Brasil teve seus primeiros colégios após a chegada dos jesuítas. Sua instalação significou a introdução de uma cultura letrada em um ambiente onde predominava a cultura oral, e o império da fé foi configurado através de conflitos culturais vivenciados por oposição entre civilizados e bárbaros. A palavra passou a ter uma função social, além de constituir-se como comunicação da vida social.

O enfoque dos colégios sob a disseminação da cultura escrita tornou mais clara a sua importância uma vez que a escrita deixava de ser apenas um recurso de instituições religiosas, jurídicas e comerciais para se tornar traço característico da burguesia, o que para essa classe significava um certo distanciamento entre os de “baixo”, afirmando sua superioridade social (Petitat, 1992).

Os colégios brasileiros foram aos poucos se espalhando pelo litoral e seus professores jesuítas reconhecidos como primeiros mestres intelectuais da nossa gente.

Clarice Nunes (1980) informa que o momento da implantação dos colégios no Brasil, é um momento de verdadeira revolução do espaço mundial mediante a expansão marítima, comercial e cultural na Europa, pois mesmo tendo como referência as universidades europeias,



não nasceram diretamente delas. Eles nasceram da política de separação instaurada pelos jesuítas entre o ensino destinado aos filhos dos colonos mais abastados e o ensino destinado aos indígenas.

Com a expulsão dos jesuítas pela política pombalina, o ensino secundário passou a ser oferecido em aulas avulsas nas diversas províncias. Mesmo com a chegada da política imperial, a instrução primária pretendia cumprir seu papel civilizador e a instrução secundária serviria para formar a elite portadora de privilégios do pequeno círculo que participava do poder de Estado.

Alguns colégios como o Pedro II, o Colégio Caraça, os Liceus provinciais, o Ateneu do Rio Grande do Norte, os Liceus da Bahia e da Paraíba fazem parte dessa história dos colégios no Brasil e servem para sinalizar que essas iniciativas tinham como objetivo a educação da elite (Nunes, 2000). Mesmo com a República, essa concepção permaneceu no país até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961 com a Lei nº. 4.024, nossa primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases).

A preparação do curso secundário como curso regular já havia se estabelecido pela reforma Rocha Vaz em 1925 que definiu seis anos seriados de estudos para o curso secundário com o objetivo de oferecer um preparo geral para a vida. Era a primeira vez que o ensino secundário aparecia como prolongamento do ensino primário. Os estudantes que terminavam seus estudos em seis anos recebiam o diploma de bacharel em ciências e letras. Aquele que fizesse somente cinco anos poderia realizar o vestibular para qualquer curso superior.

No ano de 1931 a Reforma Francisco Campos reafirmou a função do ensino secundário e elevou sua duração para sete anos, dividindo-se em dois ciclos: o primeiro de cinco anos, chamado de fundamental e o segundo de dois anos chamado de curso complementar.

A reforma Gustavo Capanema em 1942, afirmava a dualidade do ensino ao opor o ensino primário e profissional e o ensino secundário e superior, onde a função do ensino secundário seria oferecer uma sólida cultura geral, apoiada sobre humanidades antigas e modernas, com objetivo de preparar os homens que assumiriam responsabilidades dentro da sociedade e da nação.

A Lei Orgânica de Ensino Secundário de 1942 reestruturou o ensino secundário da seguinte forma: (1) o primeiro ciclo, chamado ginásial; e (2) o segundo ciclo subdividido em



clássico e científico, o que não significou qualquer caráter de especialização, sendo considerado um curso de cultura geral e de cultura humanística, no qual prevalecia o sistema de provas e exames previstos na legislação anterior.

Alguns motivos levaram à ampliação dessa demanda pelo ensino secundário e novas alternativas pedagógicas surgiram a partir da LDB de 1961, permitindo o aparecimento de classes experimentais (NUNES, 2000, p. 45).

Acontecia também o temido exame de admissão pelos adolescentes, que representou por algumas décadas a linha divisória e decisiva entre a escola primária e a escola secundária, carregando uma série de silogismos, principalmente para adolescentes que tanto o temiam.

O exame de admissão para o ensino secundário era caracterizado como o exame de maior prestígio e ascensão social, pois conforme as Leis Orgânicas era destinado às individualidades condutoras, enquanto os demais eram destinados às massas.

Para Geraldo Bastos Silva a expansão do ensino secundário no país estava ligada ao crescimento demográfico, às exigências de maior escolarização motivadas pelo desenvolvimento brasileiro de industrialização sobre a área urbana e ao crescimento do ensino primário (SILVA, 1969, p. 301-307).

No intervalo entre o Estado Novo e o Regime Militar de 1964 a pressão das classes médias e operárias em torno de líderes políticos populistas obrigava-os a institucionalizar os momentos em busca de educação escolarizada, reivindicando a abertura de Ginásios públicos.

Em suma, a expansão do ensino secundário se fez pelo estabelecimento de ginásios nas localidades onde anteriormente o ensino secundário era inexistente. Com o crescimento da rede e das matrículas o corpo docente passou a ser recrutado por uma série de processos emergenciais.

Nunes (2000) em texto intitulado “o velho e bom ensino secundário: momentos decisivos” nos informa que a região sudeste em comparação com as demais regiões do país, era a mais beneficiada em termos de educação secundária, pois estavam matriculados nessa região cerca de 60% da matrícula total do ensino secundário no país.

Comparando-se com os demais níveis de ensino, houve um aumento da população em idade escolar e grande parte dos adolescentes ainda permanecia fora da escola, tanto na zona



urbana quanto na zona rural. Segundo Nunes (2000) em 1957 de 100 alunos que frequentavam o nível primário, apenas 14 chegavam ao nível subsequente e apenas 1% dos indivíduos era das classes populares. Para ela, a expansão do ensino secundário era fruto das contradições entre uma política populista, o atraso em níveis educacionais do país e a evasão dos estudantes que mostravam as dificuldades econômicas e sociais que as famílias enfrentavam.

A escola que representava para esses jovens uma perspectiva de ascensão social era a escola secundária, considerado uma escolha alternativa lógica no sentido de trazer vantagens relativas aos diferentes tipos de educação.

As classes populares também desejavam uma condição melhor para seus filhos, mas não havia escolas suficientes. Em função de demandas sociais pelo ensino secundário, a política pública se vê pressionada a dar respostas aos apelos populares e investir na expansão com o objetivo de conter as tensões sociais geradas por problemas como o aumento dos alimentos, alto custo dos transportes, falta de energia; porém ao invés de conter as tensões essa expansão estimulou as pessoas reivindicarem uma boa remuneração profissional (NUNES, 1980).

A pressão pela expansão do ensino secundário ao final dos anos 1950 havia criado uma situação irreversível que exigia uma maior intervenção do poder público e como assinala Spósito (1984) havia o desejo de que as classes populares também tivessem acesso ao ginásio. Essa abertura do ginásio em continuidade ao primário também estava sendo incentivada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sob a direção de Anísio Teixeira.

Nas décadas de 1950 e 1960 as lutas não se davam somente pela expansão do número de escolas secundárias, mas também a insatisfação segundo Nunes (1980) fortalecia movimentos que pretendiam quebrar aquela rigidez curricular da escola secundária, trazendo à cena disciplinas práticas e vocacionais. O primeiro passo dessa quebra de rigidez registrado pela história da educação brasileira é o da criação de classes experimentais, que surgiram em 1959 na gestão de Gildásio Amado na Diretoria de Ensino Secundário. Essas classes experimentais estavam baseadas no modelo francês das *nouvelles classes*, que objetivavam novos currículos, métodos e processos de ensino.

Além das classes experimentais, outras propostas foram implementadas dentro do Ministério da Educação com o *slogan* de modernização do ensino secundário, onde os



momentos decisivos ocorreram entre 1961 e 1964 quando foram criados os ginásios industriais e os ginásios populares idealizados por Lauro de Oliveira (NUNES, 1980).

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 estava nos seus primeiros dias e o projeto dos ginásios modernos se apoiavam na legislação do ensino industrial. Os ginásios vocacionais foram definidos como escolas comunitárias instaladas de acordo com as características culturais e socioeconômicas do lugar, porém ocorreu um fechamento ligado as possibilidades de ingresso nestes ginásios, quando a Secretária de Educação procurou estender o ensino ginásial para uma maior parcela da população.

A partir de 1961, o ensino secundário em uma perspectiva ampla, referia-se a educação de nível médio e estava ligado a todo tipo de estudos pós-primários (comercial, industrial, agrícola e normal) e numa perspectiva restrita, o ensino secundário referia-se ao ramo secundário do primeiro ciclo definido pela lei 4024 de 1961. Segundo Gildásio Amado (1964), o governo brasileiro a partir de 1960 define uma política para o ensino médio, incentivando a criação de ginásios integrados (AMADO, 1964).

Fundação do Ginásio Brigadeiro Newton Braga

Realizar o trabalho de investigação com a história das instituições escolares não é simplesmente contar a estória de uma escola. Essa tarefa exige recuperar as estórias contadas pelos sujeitos e o levantamento e dados documentais e/o iconográficos para tecer um tapete da história tecelã que nos fala Ginzburg. É encontrar nessas malhas novas nuances que trazem relevância aos dados coletados, porque podem ser interpretados como recortes da história naquele período de estudo, podem então, revelar o movimento real da sociedade.

Nas palavras de Nosella e Buffa (2005, p. 8) isso quer dizer que “a metodologia a ser seguida tem como linha de orientação descrever o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural, dialeticamente relacionados”.

Nossa tentativa é de sermos rigorosos com a metodologia e não cair no relato impregnado da emoção, com o risco do pecado do reducionismo teórico que tem por consequência o particularismo, saudosismo, personalismos ou a construção de apologias. Para reconstrução desta história foi necessário recorrer a alguns documentos existentes no Centro de



Memória² da escola e no III Comando Aéreo Regional (COMAR); realizar entrevistas com professores que atuaram, e que atuam na instituição, bem como, trazer a voz dos ex-alunos, pois como Benjamin (1994, p. 37), “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

O país vivia um período de intensas reivindicações que seguiam na esteira de dar respostas às demandas políticas e sociais do processo de modernização e desenvolvimento. Nesse contexto, a superação de problemas sociais, econômicos e culturais se tornou centro das atenções. Como nos alerta Nunes (2000, p. 46): “No intervalo entre o Estado Novo e o regime militar de 1964, as populações urbanas, sobretudo das classes médias e operárias, pressionavam os líderes políticos populistas em torno da institucionalização dos movimentos reivindicatórios de educação escolarizada”.

Nesse momento político destacamos a constituição da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), movimento que se caracterizava pela atividade de voluntariado, com objetivo de ampliar a oferta do ensino secundário para atender a população nas diferentes localidades brasileiras.

A história da CNEG tem uma trajetória longa que vamos fazer a tentativa de resumir em função dos limites deste trabalho. A Campanha foi criada em 29 de julho de 1943, pelo paraibano de Picuí, Felipe Tiago Gomes, na cidade do Recife-PE, com o objetivo de oferecer um ginásio gratuito para estudantes pobres. A entidade foi originalmente denominada Campanha do Ginasiano Pobre – CGP. Posteriormente, passou a ser a Campanha dos Educandários Gratuitos – CEG, depois, Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos – CNEG, e atualmente é a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC, a tão conhecida entidade mantenedora dos colégios Cenecistas. Hoje, a CNEC representa uma das maiores organizações de ensino do país, atuando em todos os níveis educacionais, em 18 estados da federação. Possui 134 unidades de educação básica, 21 unidades de ensino superior, mais de 100.000 alunos e mais de 8.000 colaboradores (dos quais, 6.000 em atividades docentes)³. E, neste ano de 2014, a CNEC completa 71 anos de atuação.

Retomando a discussão para os anos da ainda CNEG e o contexto de criação do Ginásio Brigadeiro Newton Braga, objetivamos tecer os fios que enlaçam as duas histórias no

² O Centro de Memórias do CBNB foi inaugurado por ocasião das festividades do Jubileu de Ouro e nele constam arquivos de fotos, documentos e objetos que contam a história desta Instituição.

³ Dados institucionais da CNEC disponíveis em <http://www.cneec.br/site/>.



movimento de lutas pela expansão do ensino secundário. Em entrevista realizada com o Sr. Antônio Joaquim Coelho da Cunha, Administrador da CNEC aqui no Rio de Janeiro, ele nos esclarece que:

[...] A figura da CNEC aqui no Rio de Janeiro chamava-se Agnaldo Elias Guimarães, que era um Sargento da Aeronáutica. Ao conhecer Felipe Tiago Gomes criador da CNEC, gostou da ideia da criação dessas escolas [...] Então, a mágica da CNEC era dizer as lideranças da comunidade que assim como era possível criar a igreja, criar o clube de futebol, era possível criar escolas, essas comunidades iam se articulando, se movimentando e criavam condições de fundar as escolas e assim o Newton Braga foi criado, por uma iniciativa de um cidadão chamado Agnaldo Elias Guimarães.

E neste contexto, movidos pelo entusiasmo vigente neste cenário político, alguns militares apostaram na possibilidade de um novo ginásio no Rio de Janeiro. Por iniciativa do Sargento Agnaldo Elias Guimarães, do Capitão Aviador Max Alvim e do Capitão Murillo Wanderley, no ano de 1959 foi possível iniciar o projeto de construção do Colégio que recebeu o nome de Ginásio Brigadeiro Newton Braga. Este projeto já vinha sendo articulado desde o ano de 1957 e tinha como propósito educar e formar os filhos dos militares e funcionários civis da Força Aérea Brasileira.

Sob o aviso nº 15 de 31 de março de 1960, o Major Brigadeiro do Ar, Francisco de Assis Correa de Mello, autoriza o funcionamento de um ginásio, dentro da área militar do Galeão, destinado a ministrar ensino médio aos filhos de militares e funcionários civis daquela Guarnição.

Mas que local seria escolhido para iniciar o efetivo trabalho com o projeto? GERIN (2008) informa que os primeiros passos levaram à escolha do Ginásio Capitão Lemos Cunha, situado na área jurisdicional da Prefeitura da Aeronáutica do Galeão. Mas, quando o professor Murillo Wanderley comunicou a decisão ao Ministro Álvaro Dias que, na época, era o Presidente da Campanha dos Ginásios Gratuitos, foi constatado um conflito de interesses. As cinco salas previstas para uso do novo ginásio, só poderiam prestar assistência aos dependentes dos militares e civis da área do Galeão. A solução encontrada foi procurar outro local para iniciar o funcionamento do Colégio. O local escolhido foi um galpão improvisado ligado à Prefeitura da Aeronáutica, tendo sido indicado para o cargo de Diretor o Professor Murillo Wanderley.



Com o decorrer dos anos, observa-se o crescimento da demanda de estudantes na Ilha do Governador, foi necessária uma ampliação do colégio e, em 04 de abril de 1960, ele recebeu novas instalações, ainda improvisadas, na Base Aérea do Galeão. Esse prédio estava desabitado e pertencia ao Quartel de Polícia da Aeronáutica. “Neste mesmo ano, no dia 29 de abril foi fundado o Ginásio Brigadeiro Newton Braga (GBNB)” (GERIN, 2008, p.56).

Era visível que a área educacional necessitava de um maior empreendimento. Tanto as famílias dos oficiais, que estavam a serviço do Governo Brasileiro, quanto a comunidade local, precisavam de apoio na área educacional. Na década de 50, “a população da Ilha do Governador já somava 29.278 habitantes” (IPANEMA, 1992 *apud* GERIN, 2008, p. 54).

O colégio se expandia a cada dia e o prédio do Quartel da Polícia da Aeronáutica já estava pequeno para o contingente de alunos e, após a visita do Brigadeiro Márcio de Souza e Mello, as coisas mudaram, pois ele prometeu ajuda para encontrar um local mais adequado. E, finalmente, com a ajuda do Brigadeiro, o colégio foi instalado em um terreno da Aeronáutica, cuja amplitude é de 23.800,63 m². E, assim, o CBNB no ano de 1969 teve sua sede própria instalada.

Com a construção de um local definitivo para ser a sede do colégio e com espaços ampliados, iniciou-se o curso noturno e foi possível encontrar um espaço para a tão sonhada biblioteca. Com essa ampliação do espaço, foi possível, no ano de 1969, iniciar o que naquele momento ainda era denominado ensino primário, com a chegada da 1ª turma de 4ª série, pela legislação atual (Lei de Diretrizes e Bases - LDB, nº 9.394/96), hoje 5º ano de escolaridade do Ensino Fundamental.

No ano de 1973, o professor Murillo Wanderley deixou a direção do colégio e seguiram-se outros diretores à frente do cargo, ao longo desses 50 anos. Podemos citar alguns deles: Professor Sérgio, Coronel Monteiro, Professor Armando, Capitão Machado, Professor Roberto Freitas, Professor Hugo Alves de Castro e, atualmente, o Professor Luiz Otávio Ebendinger Martins.

Conclusões

Os anos de democracia política vivenciados no país entre 1945 e 1964 podem ser considerados um período significativo para a história da democracia do ensino público no Brasil, especialmente o ensino secundário.

A questão política da democratização do ensino secundário foi o pano de fundo a partir do qual voltaram a ser problematizados temas como as finalidades desse ramo de ensino, a



inclusão de disciplinas de cunho prático no ginásial, a renovação metodológica e a flexibilidade curricular.

Os objetivos legais do ensino secundário brasileiro foram formulados através da Lei Orgânica do ensino secundário de 1942. Essa Lei era de âmbito Nacional e tinha como objetivo formar a personalidade integral do adolescente, de forma que o mesmo pudesse desenvolver sua consciência patriótica e humanista, oferecendo-lhe uma cultura geral. E foi neste contexto que o Ginásio Brigadeiro Newton Braga foi fundado, um contexto de lutas pela expansão da escola secundária.

Essas reivindicações criaram demandas diversas para as políticas públicas relacionadas à educação secundária. Para expansão de educação, é necessário construção e/ou ampliação de prédios escolares, aumento do número de professores e demais recursos humanos – gestores em geral (diretores, coordenadores pedagógicos e educacionais), melhoria da qualidade na formação de docentes para atuar nesse nível de ensino. Cabe recordar e considerar que nesse período a formação de professores para o nível secundário não possuía uma identidade de formação, como já havia nas escolas normais para a formação de professores para o ensino primário na época. Os cursos específicos de formação de docentes para o secundário só se inicia com as faculdades de ciências e letras, seguindo o padrão nacional de referência na antiga Faculdade nacional de Filosofia – a FNFI. Atuavam no ensino secundário bacharéis em direito, engenharia e médicos.

Ao adentrar no estudo da história da instituição escolar **Ginásio Brigadeiro Newton Braga**, estamos indo ao encontro desse contexto de lutas, pois é nele e resultado dele que a instituição se constituiu e a partir dele que realiza o seu percurso até nossos dias.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. A Educação Secundária no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.86, nº 212, 2005.

BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. **A escola profissional de São Carlos**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 jan. 1961.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996.

CNEC. Institucional. Disponível em: <http://www.cneec.br/site/>. Acesso em: 20 jul. 2013.



GERIN, M. C. C. **Burnout: o trabalho docente e a saúde ocupacional no Colégio Brigadeiro Newton Braga. 2008.** Dissertação (Mestrado). Universidade Plínio Leite (UNIPLI), Niterói, Rio de Janeiro, 2008.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAGALHÃES, Justino. Um Apontamento Metodológico Sobre a História das Instituições Educativas. In: SOUZA, Pereira de; CATANI, Denice Barbara. **Práticas Educativas, Culturas Escolares e Profissão Docente.** São Paulo: Escrituras Editora, 1998, p. 51-64.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **Schola mater: a antiga Escola Normal de São Carlos.** São Carlos: EDUFSCar, 1996.

NOSELLA, Paolo e BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: Balanço Crítico.** In: Histedbr, navegando na história. Campinas: 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_088.html>. Acesso em: 20 abr. 2013.

NUNES, Clarice. **O velho e bom ensino secundário: momentos decisivos.** Revista Brasileira de Educação. Nº 14, 2000.

_____. **Escola & dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

PETITAT, André. *Entre História e Sociologia. Uma perspectiva construtivista aplicada à emergência dos colégios e da burguesia.* Teoria e Educação. Porto Alegre. 1992.

SANFELICE, José Luiz. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, nº 35, p. 192-200, set. 2007.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (orgs.). **História e história da educação.** Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 1998.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria.** São Paulo: Nacional, 1969.

SOUZA, Rosa Fátima de. A Renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). *Currículo sem fronteiras*, v.9, n.1, p.72 a 90, jan/jun 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo.* São Paulo: Loyola, 1984.